



Os impactos da pobreza menstrual na saúde das pessoas que menstruam

The impacts of menstrual poverty on the health of people who
menstruate

Eugênio Daniel Alencar Magan ¹, Milena Nascimento Almeida ¹,
Sarahellen Figueredo ¹, Adailson Henrique Miranda de Oliveira ^{2*}

¹. Discente, Faculdade Santo Agostinho, FASA, Itabuna, Bahia, Brasil

². Docente, Faculdade Santo Agostinho, FASA, Itabuna, Bahia, Brasil

*Autor correspondente: Eugênio Daniel Alencar Magan, graduando no curso de Medicina, eugeniodaniel11@hotmail.com, Faculdade Santo Agostinho de Itabuna, FASA, Avenida Ibicaraí, n.º 3270, Bairro Nova Itabuna, Itabuna – Bahia, CEP 45611-000

RESUMO

Introdução: A pobreza menstrual é um fenômeno multidimensional e vivenciado por meninas, mulheres, homens trans e pessoas não binárias que menstruam. **Objetivos:** Investigar os impactos da pobreza menstrual na saúde de pessoas que menstruam. Outrossim, tem-se como objetivos específicos identificar as causas e os efeitos dessa problemática na saúde ginecológica e mental. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma revisão de literatura integrativa na qual pesquisaram-se artigos publicados no período entre os anos 2020 e 2022, na plataforma Google Acadêmico. **Resultados e discussões:** A principal causa da precariedade menstrual reside no tabu e preconceito que cerca o assunto, seguidos da vulnerabilidade socioeconômica, desinformação sobre a saúde menstrual, ausência de saneamento básico e negligência estatal. Por outro lado, têm-se como impactos danos à saúde mental, infecções urogenitais, vivência precarizada e perda do direito de ir e vir. **Considerações finais:** A higienização genital durante o período menstrual consiste em uma forma de garantir a dignidade do indivíduo que menstrua, sendo a pobreza menstrual fruto da negligência com as necessidades fisiológicas dessas pessoas.

Palavras-chave: Menstruação; Políticas de saúde; Dignidade menstrual; Produtos de higiene menstrual.

ABSTRACT

Introduction: Menstrual poverty is a multidimensional phenomenon experienced by girls, women, trans men and non-binary people who menstruate. **Objectives:** To investigate the impacts of menstrual poverty on the health of people who menstruate. Furthermore, the specific objectives are to identify the causes and effects of this problem on gynecological and mental health. **Materials and methods:** This is an integrative literature review in which articles published in the period between 2020 and 2022 were searched, on the Google Scholar platform. **Results and discussions:** The main cause of menstrual precariousness lies in the taboo and prejudice surrounding the subject, followed by socioeconomic vulnerability, misinformation about menstrual health, lack of basic sanitation and state neglect. On the other hand, the impacts are damage to mental health, urogenital infections, precarious living and loss of the right to come and go. **Conclusion:** Genital hygiene during the menstrual period is a way of guaranteeing the dignity of the individual who menstruates, and menstrual poverty is the result of neglect of the physiological needs of these people.

Keywords: Menstruation; Health policies; Menstrual dignity; Menstrual hygiene products.

Introdução

A menstruação trata-se de um evento cíclico fisiológico caracterizado pela descamação do endométrio, devido a alterações hormonais que causam efeitos no tecido que reveste o útero, o endométrio. Assim, em uma possível gravidez, o sistema reprodutivo feminino fica preparado para a fixação do óócito fertilizado e, na ausência dela, tem-se a descamação das paredes internas do útero, a menstruação. (HALL; HALL, 2017).

A pobreza menstrual é um fenômeno multidimensional e vivenciado por meninas, mulheres, homens trans e pessoas não binárias que menstruam. Essa realidade configura-se como uma ausência de dignidade menstrual, ou seja, quando os indivíduos são impossibilitados de acessar instalações de banho seguras e meios eficazes de realizar sua higiene, eles acabam sendo impossibilitados de vivenciar o período menstrual com dignidade (MOTTA; BRITO, 2022).

Por outro lado, percebe-se que a pobreza menstrual revela também um cenário de desigualdade de gênero. Uma vez que a menstruação é associada

ao corpo feminino e está cercada por estigmas, o debate público acerca da falta de recursos materiais para e de informação sobre a higiene menstrual limita a criação e a implementação de políticas públicas efetivas para enfrentar a problemática (LOPES, 2022).

Sendo assim, este estudo tem por objetivo investigar os impactos da pobreza menstrual na saúde de pessoas que menstruam. Outrossim, tem-se como objetivos específicos identificar as causas e os efeitos dessa problemática na saúde ginecológica e mental.

Referencial teórico

1. A menstruação e a saúde menstrual

As hipóteses formuladas acerca da menstruação são diversas desde o mundo antigo ao contemporâneo, muitas sendo reflexo do papel atribuído à mulher a partir de uma inegável depreciação física e intelectual que levou à subordinação da pessoa que menstrua e a uma relação de dependência perante o homem (ESTEVEZ, 2021).

De todo modo, Hall & Hall (2017) compreendem, a partir de uma perspectiva fisiológica, o ciclo menstrual como caracterizado pela ocorrência de alterações hormonais cíclicas com efeitos fisiológicos no corpo de quem menstrua. Esse processo está associado à liberação periódica de um oócito maduro pelo ovário, bem como a modificações no tecido que reveste internamente o útero, correlacionadas a alterações hormonais no metabolismo.

Nesse ínterim, faz-se necessário destacar o conceito de saúde menstrual, a qual é compreendida como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade, em relação ao ciclo menstrual” (BOBEL et al., 2021). Segundo o estudo de Huhmann (2020), a maior parte das mulheres apresentam regularidade nos ciclos menstruais até o momento em que alterações de peso, estresse e/ou exercício ocorressem. Assim, fica clara a importância de correção de hábitos descontrolados, de reservas de energia insuficientes, da nutrição desequilibrada e de exercícios em intensidades inadequadas, para garantir a saúde menstrual de todas as pessoas que menstruam.

2. O conceito de pobreza menstrual

A pobreza menstrual é um fenômeno multidimensional, sendo uma realidade vivenciada por meninas, mulheres, homens trans e pessoas não binárias que menstruam. Sendo fruto da ausência de acesso a produtos básicos de higiene pessoal, a medicamentos voltados para saúde menstrual, informações sobre a menstruação, também é ocasionada pela ausência de banheiros, saneamento básico e pelos preconceitos sobre a menstruação que resultam na segregação de pessoas que menstruam (UNICEF, 2021).

A higiene menstrual é um direito estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2014. No entanto, a pobreza menstrual é algo presente em muitos países, não estando restritos a países considerados subdesenvolvidos, mas também está nos que são considerados ricos e desenvolvidos. E isso persiste por causa da desigualdade social que está presente em inúmeras partes do globo (DA ROCHA et al, 2022).

A ausência de dignidade menstrual atinge principalmente as pessoas em vulnerabilidade social e econômica, que é um espaço de instabilidade atingindo indivíduos em situações precárias. As pessoas que residem em abrigos, refugiadas, carcerárias e pessoas em situação de rua são as que mais convivem com essa vulnerabilidade voltada para precariedade menstrual. Segundo uma pesquisa realizada por Cardoso et al. (2021), nos Estados Unidos, de 183 mulheres que foram entrevistadas, 64% não tinham dinheiro para comprar produtos menstruais. Essa pobreza menstrual afeta muito a realidade dessas pessoas, visto que elas atravessam o período menstrual com a ausência de absorventes e de banheiros devidamente higiênico, gerando uma carga mental e emocional pesada (ROCHA et al, 2022; CARDOSO et al, 2021).

3. As condições de saúde decorrentes da pobreza menstrual

O acesso a produtos de higiene pessoal é fundamental para todos os seres humanos, no entanto, muitas pessoas que menstruam não têm acesso a esses itens básicos. A ausência de cuidado da higiene pessoal pode causar muitos impactos na vida dessas pessoas, como alergias e irritações na pele e

mucosas, infecções urogenitais, e em casos mais graves a Síndrome do Choque Tóxico (UNICEF, 2021).

A Síndrome do Choque Tóxico, é uma síndrome rara que pode até levar a morte, é ocasionada pelo uso de absorventes internos e o acúmulo de sangue por muitas horas seguidas, criando um ambiente propício para a proliferação da bactéria *Staphylococcus aureus* e pode acabar gerando o processo inflamatório que é conhecido como a Síndrome do Choque Tóxico (SANTOS, 2018).

As pessoas em estado de vulnerabilidade, e que menstruam, estão muito suscetíveis a doenças no seu sistema reprodutor, pois por não terem acesso aos itens de higiene pessoal essas pessoas acabam usando meios improvisados para conter sangramento como pedaços de pano usados, roupas velhas, jornal e até miolo de pão. Muitos indivíduos que menstruam também não conseguem realizar as trocas do absorvente de três a seis trocas diárias, permanecendo com o mesmo absorvente por muitas horas. Todos esses fatores contribuem para o surgimento de doenças no sistema genital feminino (UNICEF, 2021).

A falta de higienização adequada da região vaginal pode ocasionar infecções como a candidíase vulvovaginal, que é ocasionada pelo fungo *Candida albicans*, afetando principalmente a região genital da mulher, sendo uma infecção extremamente dolorosa e incômoda, podendo gerar vermelhidão, coceira, ardência e prurido significativo (PEREIRA; NÓBREGA; PASSOS, 2022).

A pobreza menstrual faz com que muitas pessoas que menstruam retenham a urina por períodos prolongados por não dispor de condições para se higienizar durante a menstruação, o que pode ocasionar muitos problemas de saúde, como infecções urinárias. Além disso, a falta de utensílios básicos também pode gerar impactos na saúde emocional, pois a ausência de condições adequadas para o cuidado com saúde menstrual pode causar desconforto, insegurança e estresse, e contribuir para aumentar a discriminação e estigmatização (UNICEF, 2021).

4. O cenário atual de políticas públicas brasileiras de combate à pobreza menstrual

A existência de políticas públicas estatais cujo objetivo seja direcionar ações para a garantia da saúde integral de mulheres, homens transgênero e pessoas não-binárias que menstruam, mas que lidam com a precariedade menstrual, é imperativa. Contudo, no Brasil hodierno, o acesso a condições materiais para a higiene durante o período menstrual é dificultado desde a alta taxação de impostos sob absorventes descartáveis à inexistência de uma política nacional de combate à pobreza menstrual (ASSAD, 2021).

No cenário político-administrativo brasileiro recente, nota-se que existem projetos de lei em trâmite nas casas legislativas nacionais e leis já aprovadas em contexto municipal. Exemplos disso, têm-se as propostas das deputadas Marília Arraes (PT-PE) e Tábata Amaral (PDT-SP) que propõem a distribuição gratuita de produtos de higiene menstrual, bem como as leis nº.6.603/2019 nº.8.925/2020 que dispõem sobre o fornecimento de absorventes nas escolas públicas e a inclusão de absorventes nos itens da cesta básica, respectivamente, na cidade do Rio de Janeiro (ASSAD, 2021).

Entretanto, apesar de avanços importantes em dados municípios e estados brasileiros que se propuseram a discutir a precariedade menstrual com seriedade, na esfera federal, percebe-se uma escassez de políticas públicas vigentes em torno da problemática. Como causas desse cenário, tem-se as atuais políticas de contingenciamento de gastos e a escassez de debate em torno da higiene menstrual, a qual, histórica e socialmente, persiste sendo um assunto tabu. Dessa maneira, observa-se que a pobreza menstrual se constitui enquanto um retrato da desigualdade social e de gênero, o qual é responsável por alocar as pessoas que menstruam em uma situação ímpar de vulnerabilidade. (BEZERRA, et. al, 2021).

Material e Métodos

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura na qual pesquisaram-se artigos publicados no período entre os anos 2020 e 2022, na plataforma Google Acadêmico. Para tanto, foram utilizadas as palavras-chaves pobreza menstrual e saúde presentes apenas nos títulos dos artigos, empregando o

comando allintitle: saúde “pobreza menstrual” na base de dados supracitada. Assim, foram encontrados seis resultados e selecionados quatro artigos, por ocasião de dois dos resultados terem sido citação de algum dos demais resultados.

Resultados e Discussão

Os trabalhos acadêmicos escolhidos para a construção deste estudo estão organizados no quadro 1 conforme títulos, autores, ano de publicação e objetivos.

Quadro 1: Título, autor, ano e objetivos dos trabalhos acadêmicos selecionados

TÍTULO	AUTOR/ ANO	OBJETIVOS
O impacto da pobreza menstrual e da desinformação na dignidade da pessoa humana e no direito à saúde das mulheres no Brasil.	BUSSINGUER; SALVADOR, 2022.	Analisar de que forma a pobreza menstrual e a desinformação sobre a saúde íntima feminina geram um impacto negativo à previsão constitucional da dignidade da pessoa humana e do direito à saúde das mulheres brasileiras
Intervenção de um projeto de extensão de promoção de saúde mental no contexto do sofrimento ético-político associado à pobreza menstrual	MACHADO et al., 2022.	Despertar na comunidade universitária uma arrecadação com sentido coletivo, uma ação social voltada a uma necessidade humana básica e com implicações diretas na saúde mental
Pobreza menstrual	SOUZA et al.,	Identificar na literatura a dificuldade das mulheres de

e seus impactos na saúde da mulher: uma revisão integrativa.	2022.	terem acesso aos seus direitos menstruais e o impacto da pobreza menstrual na saúde destas.
A pobreza menstrual e a invisibilidade da mulher decorrente de sua condição biológica como questões de saúde pública.	MARUCO; NASCIMENTO, 2021.	Compreender que a pobreza menstrual vai muito além da falta de dinheiro para comprar produtos de higiene adequados.

Com base na análise das quatro produções científicas selecionadas, a causa da pobreza menstrual mais referida é o tabu e o preconceito. Estes elementos dificultam o acesso das mulheres a direitos menstruais, reconhecidos como universais, de modo a prejudicar a compreensão efetiva sobre saúde menstrual (SOUZA, et al., 2022).

Em seguida, tem-se a vulnerabilidade socioeconômica, motivo pelo qual a compra de absorventes é colocada em segundo plano, diante das necessidades básicas de alimentação e o alto custo desse utensílio básico. Além disso, nota-se a ausência de saneamento básico e a negligência estatal. Este último elemento pode ser explicado, por exemplo, pela rejeição da Lei Federal nº 14.214, de 2021, a qual tinha como objetivo oferecer absorventes higiênicos gratuitamente a indivíduos em idade escolar, pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro (BUSSINGUER; SALVADOR, 2022; MARUCO; NASCIMENTO, 2021).

As demais causas da pobreza menstrual indicadas nos trabalhos acadêmicos selecionados são a falta de serviço médico, o alto custo de absorvente, ausência de água, ausência de comunicação intrafamiliar, a falta de medicamentos, a ausência de banheiros seguros e a falta de acesso a produtos de higiene (Gráfico 1).

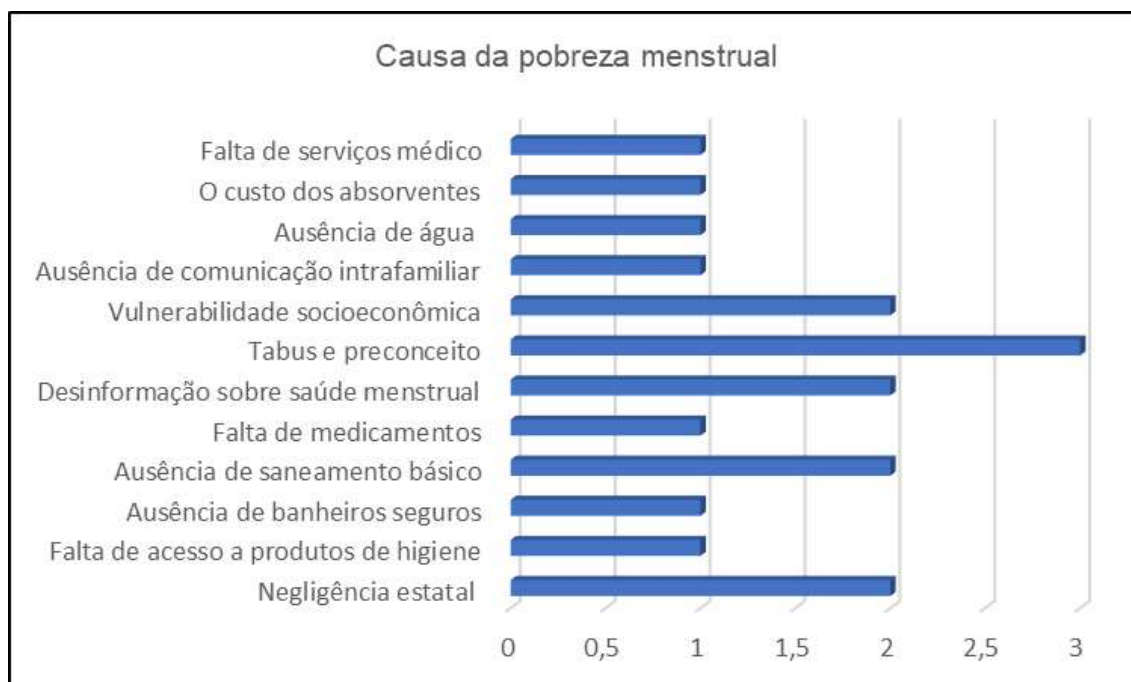


Figura 1: Causas da pobreza menstrual. Gráfico de coluna de autoria própria acerca das causas da pobreza menstrual conforme análise dos trabalhos acadêmicos selecionados.

Em relação aos efeitos da pobreza menstrual, foi possível constatar que os danos à saúde mental foi um dos impactos mais abordados nos artigos, principalmente, pela pobreza menstrual acarretar em desconforto, estafa e insegurança na pessoa que menstrua. Dessa maneira, o ciclo natural humano torna-se motivo de constrangimento e aflição, como manter-se, mesmo ausente de conforto, durante o período menstrual (MACHADO et al., 2022).

Ademais, como consequência da pobreza menstrual bem citada pelos trabalhos científicos foram as infecções urogenitais. Isso porque a falta de higiene menstrual é fator propício para o desenvolvimento de cistite, candidíase ou até a chamada condição síndrome do choque tóxico, a qual pode ser fatal (MACHADO et al., 2022; MARUCO; NASCIMENTO, 2021).

A vivência precarizada, por sua vez, também aparece como um dos impactos mais prevalentes nos casos de pobreza menstrual. Isso porque, durante a menstruação, ações costumeiras como, ir à escola, dormir com tranquilidade, atividades de lazer e exercícios físicos, tornam-se grandes desafios devido ao receio de vazamentos. Assim, o fenômeno de precariedade menstrual é uma ameaça à qualidade de vida das pessoas que menstruam,

sobretudo, por aumentar o índice de evasão escolar e dificultar o alcance das potencialidades máximas do indivíduo (MARUCO; NASCIMENTO, 2021)

Outrossim, foi abordado que a ausência de dignidade menstrual implica na perda do direito de ir e vir, pois sem o devido amparo às pessoas que menstruam sofrem ao permanecerem em espaços acadêmicos, sem condições mínimas de conforto, também deixam de ir a espaços públicos durante esse período. Assim, essa pobreza menstrual produz efeito direto na redução da potência de vida e da circulação social (MACHADO et. al, 2022).

Também foram identificadas como consequências da precariedade menstrual o uso de utensílios inadequados que configuram-se como prejudiciais à saúde ginecológica, como miolos de pão, panos, tecidos, guardanapos, papel higiênico e folhas de jornal (BUSSINGUER; SALVADOR, 2022).

Em sequência, têm-se como efeitos da pobreza menstrual o envergonhamento, fazendo com que essas pessoas evitam contato com outros indivíduos, a dismenorreia, que é caracterizada por cólicas, enxaquecas e dores nas pernas. Ademais, a pobreza menstrual pode ocasionar alergias, irritação de pele e mucosa.

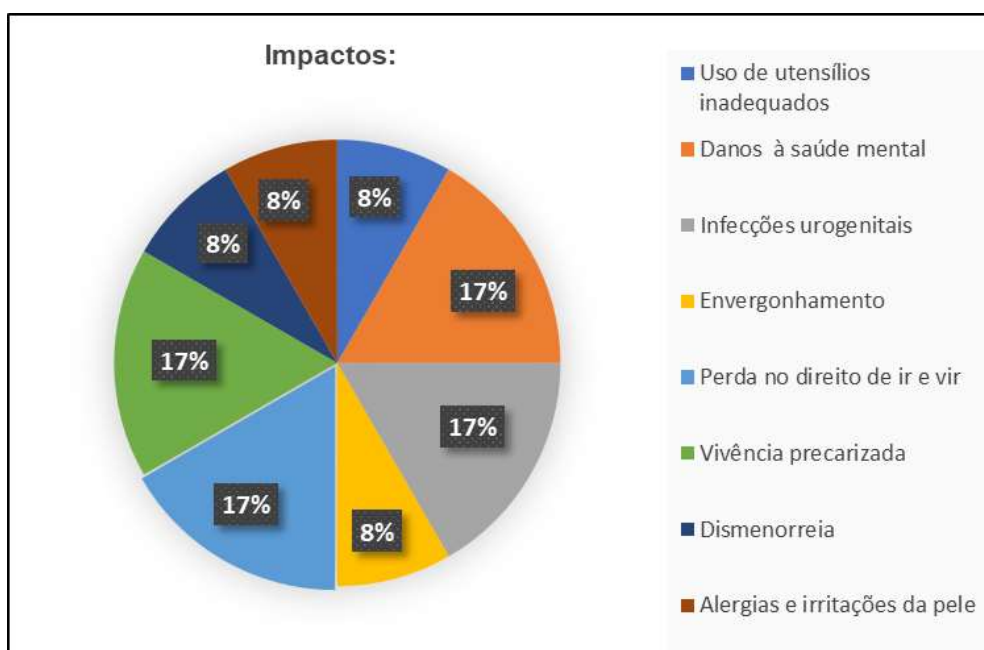


Figura 2: Impactos da pobreza menstrual. Gráfico de seção de autoria própria acerca dos impactos da pobreza menstrual conforme análise dos trabalhos acadêmicos selecionados.

É válido ressaltar, por fim, que, apesar de os quatro trabalhos acadêmicos selecionados terem sido publicados entre 2021 e 2022, ambos associaram a ocorrência da menstruação a apenas mulheres cisgênero, não citando homens trans ou pessoas não-binárias que também menstruam. Esse fato reflete a necessidade de o debate público acerca da menstruação avançar, tendo em vista a importância da inclusão da integralidade da população que menstrua no âmbito, por exemplo, de políticas públicas que visem mitigar a precariedade menstrual.

Considerações finais

Em conformidade com o que foi exposto, nota-se que a higienização genital durante o período menstrual é essencial, inclusive, consistindo em uma forma de garantir a dignidade do indivíduo que menstrua. Diante da análise de dados da revisão integrativa da literatura, é possível observar que a pobreza menstrual é fruto da negligência com as necessidades fisiológicas das pessoas que menstruam.

Nesse sentido, conclui-se que trata-se de uma problemática pouco explorada na literatura científica, e a revisão narrativa da literatura sobre tal assunto é de fundamental importância. Por fim, torna-se inadiável a criação de políticas públicas voltadas para a dignificação deste processo, bem como, para o combate à desinformação acerca dessa questão, de modo a garantir que todos os indivíduos experimentem um ciclo menstrual com dignidade, segurança e conforto.

Referências

ASSAD, Beatriz Flugel. **Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero.** Revista Antinomias. v. 2. n. 1. 2021. Disponível em:

<http://www.antinomias.periodikos.com.br/article/60e39095a9539505a0471774/pdf/antinomias-2-1-140.pdf>. Acessado em: 02 nov. 2022.

BEZERRA, Bruna Caroline de Almeida et. al. **Pobreza menstrual: expressão da questão social**. Revista Científica da FacUnicamps. 2021. Disponível em: https://facunicamps.edu.br/cms/upload/repositorio_documentos/113.%20Pobreza%20Menstrual%20expressao%20da%20questao%20social.pdf. Acessado em: 02 nov. 2022.

BOBEL et al. **Menstrual health: a definition for policy, practice, and research**. Sexual & Reproductive Health Matters, V 29, 2021. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8098749/pdf/ZRHM_29_1911618.pdf. Acesso em: 02 nov 2022.

BUSSINGUER, Elda Coelho; SALVADOR, Raíssa Lima e. **O impacto da pobreza menstrual e da desinformação na dignidade da pessoa humana e no direito à saúde das mulheres no Brasil**. Revista de Gênero, Sexualidade e Direito. v. 8, n. 1, p. 49-64, 2022. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/8728/pdf_1. Acesso em: 12 nov. 2022.

CARDOSO, L. F. *et al.* **Period poverty and mental health implications among college-aged women in the United States**. BMC Women's Health. v. 21. n. 14. 2021. <https://doi.org/10.1186/s12905-020-01149-5>.

DA ROCHA, I. C. et al. de A. **Pobreza menstrual no mundo: uma revisão de literatura / Panorama da pobreza menstrual no mundo: uma revisão de literatura**. Revista Brasileira de Desenvolvimento, [S. l.], v. 8, n. 2, pág. 10704–10714, 2022. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/43942>. Acesso em: 2 nov. 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n2-149.

ESTEVES, Alexandra. **Alguns olhares sobre a menstruação**. Ágora. Estudos Clássicos em Debate, V 23.1, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/36188/1/document%20%282%29.pdf>. Acesso em: 02 nov 2022.

HALL, John E.; HALL, Michael E. Guyton & Hall **Fundamentos de Fisiologia**. 14ª edição. Guanabara Koogan. Grupo GEN, 2017.

HUHMANN, Kimberly. **Menses Requires Energy: A Review of How Disordered Eating, Excessive Exercise, and High Stress Lead to Menstrual Irregularities**. *Clinical Therapeutics*, V 42, 2020. Disponível em: <https://www.clinicaltherapeutics.com/action/showPdf?pii=S0149-2918%2820%2930052-7>. Acesso em: 02 nov 2022.

LOPES, Ravena Luz. **Invisibilidade das pessoas que menstruam e políticas públicas para dignidade menstrual no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Direito. Biblioteca Universitária. 2022. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/68272/1/2021_tcc_%20rlopes.pdf. Acesso em: 06 nov. 2022.

MACHADO, Gustavo da Silva et al. **Intervenção de um projeto de extensão de promoção de saúde mental no contexto do sofrimento ético-político associado à pobreza menstrual**. *Conexão ComCiência*, v. 2, n. 2, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/conexaocomciencia/article/view/8177/6954>. Acesso em: 12 nov 2022.

MARUCO, Fabia Oliveira Rodrigues; NASCIMENTO, Grasielle Augusta Ferreira. **A pobreza menstrual e a invisibilidade da mulher decorrente de sua condição biológica como questões de saúde pública**. Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra. n.1. v. 7. p. 238-249. 2021. Disponível em: [8f3de9_d5b659e5785b4b52922151ba8a7ca9bf.pdf](https://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/68272/1/2021_tcc_%20rlopes.pdf). Acesso em: 12 nov. 2022.

MOTTA, Maria Carolina Carvalho; BRITO, Mariana Alves Peixoto da Rocha. **Pobreza menstrual e a tributação dos absorventes**. *Confluências| Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*. v. 24, n. 1, p. 33-54, 2022. Disponível

em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/53627/31776>. Acesso em: 13 nov. 2022.

PEREIRA, Emanuely Priscila Rodrigues; NÓBREGA, Priscila Azevedo da Silva; PASSOS, Sandra Godoi de. **As dificuldades encontradas pela mulher na prevenção contra a candidíase vulvovaginal**. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 5, n. 10, p. 198-212, 2022. Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/357>. Acessado em: 02 nov 2022.

SANTOS, Angelica dos. **Menstruação: um olhar sob à mulher**. Trabalho de conclusão de curso. Curso de Tecnologia em Produção Têxtil. Faculdade de Tecnologia de Americana, Americana, 2018. Disponível em: <http://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/2939>. Acesso em: 02 nov 2022.

SOUZA, Cicera Eduarda Almeida de et al. **Pobreza menstrual e seus impactos na saúde da mulher: uma revisão integrativa**. Health and Society. n. 1. v. 2. p. 302-314. 2022. Disponível em: [POBREZA_MENSTRUAL-with-cover-page-v2.pdf](https://www.researchgate.net/publication/361111111) (d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net). Acesso em: 12 nov. 2022.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas. **Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos**. 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_. Acesso em: 02 nov. 2022.